



***GUIA PARA A CRIAÇÃO
DO CONSELHO
MUNICIPAL DE TRÂNSITO***

EXPEDIENTE

Pesquisa e Revisão

Carlos B. Bruns
Celso A. Mariano
César B. Bruns
Elaine Sizilo
Mariana L. Czerwonka
Ruclécia Sottomaior

Capa

Silvia Fraiz

Diagramação

Ruclécia Sottomaior
Silvia Fraiz

FICHA CATALOGRÁFICA

Guia para a Criação do Conselho Municipal de Trânsito
Curitiba: TECNODATA, 2006. 20P: il.col. ; 21 cm.

1. Trânsito - Legislação Brasil. 2. Trânsito- Sinais e sinalização - Brasil
3. Motoristas - Educação. I. Bruns, César B. II. TECNODATA.

CDD (20ª ed.)
388.31

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

INTRODUÇÃO

Esse é um Guia que pretende facilitar as ações e projetos na criação do CMT - Conselho Municipal de Trânsito. O objetivo é que a sociedade participe das soluções dos seus problemas de trânsito, eliminando as causas devidamente comprovadas dos acidentes, diminuindo os custos e superando deficiências culturais significativas em relação ao trânsito.

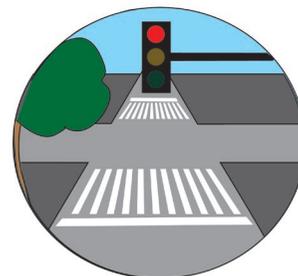
GUIA PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

O CTB – Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, é considerado pelos estudiosos do trânsito uma peça jurídica adequada às necessidades brasileiras. Ele estabelece uma evolução significativa nos princípios legais que buscam melhoria nas condições de segurança e circulação do trânsito em centros urbanos, estradas e áreas rurais. Entre os avanços do CTB em relação às legislações anteriores, destacam-se:

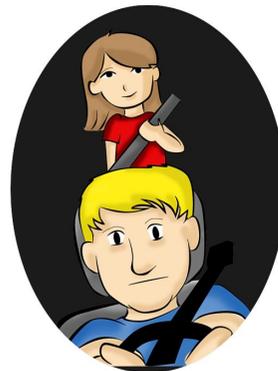
a) Educação para o trânsito - O CTB define a educação para o trânsito como um direito de todo cidadão e um dever dos órgãos e entidades que constituem o SNT. Para assegurar a execução das ações de educação para o trânsito, o CTB, no Art. 76, define sua abrangência, englobando todos os graus de ensino. No Parágrafo único do Art. 78, estabelece as fontes financeiras para o desenvolvimento dessas ações.



b) Abertura à participação do cidadão - O CTB dedica um Capítulo ao cidadão, no qual lhe assegura o direito de solicitar aos órgãos e entidades que integram o SNT, sinalização, fiscalização e implementação de equipamentos de segurança, bem como o de sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos estabelecidos no Código. Por sua vez, os órgãos têm o dever de responder às solicitações dos cidadãos em prazos pré-estabelecidos. Fica assim assegurada, na nova legislação de trânsito, uma parceria entre o poder público e a sociedade, na busca do bem-estar comum.



c) Segurança no trânsito - O CTB estabelece que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e um dever dos órgãos/entidades integrantes do SNT. Nesse sentido, merecem destaque as determinações de uso obrigatório de cintos de segurança em todo o território nacional, de equipamentos de proteção para os condutores de motocicletas e ciclomotores, do processo criterioso para a obtenção da Carteira de Habilitação, da elevação dos valores das multas e da reciclagem de condutores infratores, entre outras.



d) A municipalização do trânsito - No código anterior, o CNT – Código Nacional de Trânsito - de 1966, com exceção do assunto estradas, os municípios não participavam, diretamente, na gestão do trânsito. O CTB estabelece que, na constituição do SNT - Sistema Nacional de Trânsito - participam os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, os Governos Municipais passam a ter competências executivas na Gestão do Trânsito. A descentralização dos serviços de trânsito aos governos locais permitirá, no futuro próximo, que os problemas de trânsito passem a ser resolvidos de forma mais adequada e específica, pelas autoridades municipais: elas estão mais próximas da população e passam a ter jurisdição direta sobre as vias.



A PNT - Política Nacional de Trânsito, manifesta, por meio de objetivos e diretrizes, o anseio de toda a sociedade brasileira na reversão de um quadro alarmante de violência no trânsito, com altos índices de acidentes, mortos e feridos, especialmente entre a população mais jovem. A PNT nomeia o cidadão brasileiro como seu maior beneficiário e cria caminhos e condições para a abordagem das questões do trânsito de forma integrada ao uso do solo, ao desenvolvimento urbano e regional, à mobilidade urbana, ao sistema viário, à educação para o trânsito e ao meio ambiente.

Assim, o CTB se apresenta como uma resposta objetiva às demandas decorrentes dos problemas de trânsito derivados do crescimento da população, do incremento das dimensões dos grandes centros urbanos, do aumento da frota de veículos em circulação, da persistência em não respeitar as normas de trânsito, da inadequação das vias e da crescente degradação no meio ambiente.

Em consonância com os princípios básicos do CTB e tendo como fundamentação a PNT, este Guia propõe a formação de um Conselho Municipal de Trânsito, levantando informações para uma organização comunitária que trabalha com um programa de prevenção contra acidentes de trânsito. Qualquer pessoa pode fazer parte deste Conselho: moradores, professores, pais e todas as pessoas interessadas em reduzir o número de acidentes graves no trânsito de sua cidade e município.

É importante estabelecer parcerias que viabilizem a elaboração de um diagnóstico local, mediante levantamento de dados, identificação e seleção de situações e de áreas de maior risco, visando estabelecer os passos para a implantação de um plano de ação comunitário, ou seja, um programa que envolva a população em reuniões e na aplicação de pesquisas, como complemento à discussão e à análise do programa. Neste Guia se sugere como divulgar o programa, bem como a forma de organização de um evento mobilizador com o objetivo de sensibilizar a comunidade, como um alerta público em torno da causa.



De posse dos dados levantados para propor modificações e melhorias no município, o Conselho poderá formular sugestões ou soluções aos órgãos competentes, subsidiando desta forma suas políticas públicas.

1. ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

São atribuições do Conselho que será formado na comunidade, constituir grupos técnicos, temporários ou permanentes, estudar e sugerir:

- Políticas públicas dirigidas ao setor de trânsito e transporte;
- Uso do solo e segurança viária;
- Políticas de transporte e circulação no âmbito do município;
- Melhorias no transporte público municipal;
- Localização dos sistemas de fiscalização eletrônica;
- Medidas para o aperfeiçoamento da legislação local de trânsito;
- Plano de implementação de Campanhas Educativas conforme os principais feriados;
- Plano de implementação de Programas de Educação para o trânsito nos diversos setores da comunidade, especialmente nas escolas.
- Monitorar as ações educativas nas escolas



2. O RESPONSÁVEL PELO CONSELHO

O líder deste Conselho deverá estar convicto de sua iniciativa em favor da mudança a ser promovida na comunidade, no trato de tudo que envolva a segurança dos usuários do trânsito. Uma vez tomada a decisão, o líder poderá aplicar as informações contidas neste Guia na solução de questões e para equacionar necessidades locais. Com percepção, empatia e perseverança, ele prestará sua contribuição desenvolvendo um programa de cumprimento de metas para redução de acidentes de trânsito na sua comunidade, por mudanças de comportamento e melhorias no ambiente.



Para isso, impõe-se uma análise da situação de segurança dos usuários do trânsito do Município: pedestres, motoristas, motociclistas, ciclistas, etc. Uma boa avaliação dos recursos disponíveis é recomendada, pois ajudará a desenvolver um programa que seja realista, sustentável e que ofereça o maior potencial de sucesso possível.

3. PLANO DE AÇÃO

O primeiro passo é criar um plano de ação: estruturar as principais idéias e estratégias na realização de atividades. No caso em questão, de forma bastante simples, plano de ação significa responder o que será feito, como será feito, quanto custará, quem realizará a ação, o motivo por que será realizado e quando será executado. Serve, também, como ferramenta para solicitações de recursos.

3.1 IDENTIFICANDO OS PARCEIROS

Como em todo e qualquer trabalho social - e não poderia ser diferente no Conselho - existe a necessidade de se estabelecer parcerias, pois o trabalho de segurança no trânsito vai muito além da capacidade de uma única pessoa de planejar sozinha toda a organização do programa.



Parceiros são úteis para se atingir metas identificadas na decisão de como modificar a comunidade. Todas as pessoas que têm interesse na segurança de trânsito podem vir a ser parceiros. Certifique-se de incluir a representação de diferentes setores responsáveis, como órgãos de trânsito e outras instituições que estejam comprometidas em defender a causa, incluindo diretores de escolas,

associações de pais e associações de bairros, especialistas em trânsito, organizações da sociedade civil, empresas, comércio e clubes sociais, além de possíveis voluntários que se proponham a participar das atividades para promover as mudanças de comportamento e segurança.

Um dos locais ideais para se trabalhar o trânsito é a escola, ponto para o qual convergem as crianças e a comunidade atuante. Sugere-se envolvê-los como parceiros, para se trabalhar a educação de trânsito em sala de aula.

3.2 COMO ENVOLVER A COMUNIDADE

Um ambiente de reuniões ou encontros, para planejar e desenvolver um programa de segurança de trânsito, é ideal para começar a envolver a comunidade, parceiros e voluntários. Esses encontros têm o objetivo de repassar as informações sobre as ações necessárias, a fim de se obter o envolvimento de todos no programa, como também, para as conseqüentes mudanças comportamentais e para melhorias ambientais. Nestas reuniões, o Conselho pode desenvolver Planos de Ação Participativos, nos quais cada um possa efetivamente colaborar para o desenvolvimento de um programa.

Itens para discussão e planejamento:

- mobilização das pessoas;
- formas de participação;
- cronograma geral;
- pesquisa de comportamento e meio ambiente;
- planejamento de evento mobilizador;
- convites;
- infra-estrutura;
- voluntários;
- material educativo disponível;
- divulgação do programa;
- sistematização do programa;
- acompanhamento e avaliação.

4. ELABORANDO UMA AÇÃO

Nesta etapa, o Conselho reúne as informações sobre o trânsito da comunidade, para execução das ações planejadas nas reuniões. Uma comunidade deve dispor de todas as informações que se caracterizem como únicas, quando se trata de trânsito, que abordem todos os problemas e que levantem todas as questões, com o propósito de melhorar a segurança. O Conselho precisa coletar dados sobre locais e informações de ocorrências de acidentes de trânsito.

Onde conseguir dados:

- Órgãos de trânsito locais;
- Polícia Militar ou Civil;
- Secretarias Municipais de Saúde ou nos núcleos da Secretaria Estadual de Saúde;
- Hospitais que atendem traumas (acidentes);
- IML - Instituto Médico Legal;
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br;
- Ministério da Saúde – www.datasus.gov.br;
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – www.ipea.gov.br;
- ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos - www.antp.org.br;
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – www.dnit.gov.br;
- DETRAN/ PR - Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – www.pr.gov.br/detran/;
- DER - Departamento de Estradas de Rodagem – www.pr.gov.br/der/;
- Tecnodata Trânsito – www.tecnodatafc.com.br/noticias/;
- ONG Criança Segura – www.criancasegura.org.br.

O Conselho deve solicitar, dos órgãos de trânsito locais, dados estatísticos sobre óbitos e acidentes com vítimas cobrindo, se possível, de um a cinco anos como, por exemplo, de 2001 a 2005, por local, tipo de acidente, faixa etária, dia da semana, hora do dia, etc. Assim, pode-se comparar dados, promover a conscientização e obter apoio para as melhorias necessárias à segurança do trânsito da cidade. Tais dados nortearão, com segurança, a avaliação dos resultados. Será útil realizar um levantamento entre os moradores locais, para obtenção de informações importantes: nesse caso, além de levantar dados, o Conselho incentivará a conscientização sobre o assunto e possivelmente despertará algum suporte para a iniciativa, podendo até mesmo acolher e cadastrar voluntários pelo caminho.



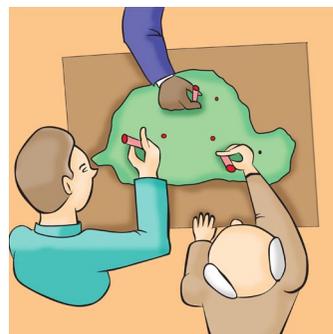
Veja no CD-ROM que acompanha este guia um modelo de questionário que pode ser aplicado na comunidade.

4.1. AÇÕES COM AS INFORMAÇÕES COLETADAS NA COMUNIDADE

Depois de reunir todas as informações de trânsito possíveis sobre a comunidade de seu município, o Conselho poderá realizar uma análise, considerando as possíveis melhorias ou modificações, para determinar a estratégia a ser adotada: isso fornecerá a base para o plano de ação.

I. Relacionando as informações estatísticas com o mapa de ruas dos bairros, da cidade, ou das estradas do município.

Com o registro dessas informações nos mapas, serão revelados os locais em que ocorrem acidentes, identificando ruas, avenidas, cruzamentos ou quaisquer outros pontos de referência geográfica que mostrem exatamente os pontos das ocorrências. Se a sua cidade não dispõe de um mapa, você poderá montá-lo manualmente, sinalizando as ocorrências para melhor visualização.



II. Selecionando localidades pelo mapeamento.

As marcações realizadas servirão como critérios para pré-seleção das localidades a que você e os parceiros darão prioridade na realização das ações de prevenção. Por exemplo, identifique escolas próximas dos locais com muitos acidentes, associações de bairro que possam se preocupar em prevenir acidentes, universidades ou empresas que queiram se comprometer em ajudar a minimizar estas ocorrências.

III. Pesquisa de Comportamento e Meio Ambiente

Realize uma pesquisa aplicando questionários, com o objetivo de identificar os principais problemas enfrentados pelos pedestres no trânsito (condições das vias, calçadas e sinalização, entre outros), assim como os diversos tipos de comportamento, dos diversos usuários em toda a comunidade. Este questionário poderá ser aplicado a pais e alunos nas escolas e a moradores, comerciantes e pedestres nos bairros.

5. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O Conselho deve fazer o levantamento dos recursos necessários para cada atividade a ser desenvolvida no programa, considerando recursos humanos, financeiros e equipamentos que cada ação exigirá, procurando identificar possíveis lacunas nas necessidades. Fundamentando-se em informações, deverão ser estabelecidos prioridades, prazos e responsabilidades.

Nessa estruturação, a estratégia para a coleta de recursos financeiros é um dos maiores desafios. A captação de recursos deverá apoiar-se em medidas simples, quase uma consequência natural da estruturação do plano de ação.

5.1 Planejamento estratégico para a Captação de Recursos

Basicamente, o planejamento estratégico consiste em um levantamento organizado de informações que ajudarão a definir os caminhos a seguir. O ideal é começar pelo detalhamento do plano de ação, respondendo às seguintes questões:

- Quais os objetivos do programa?
- Como realizar tal ação?
- Quais os objetivos específicos?
- Quais as metas?
- Que estratégias foram escolhidas para se atingir as metas, ou seja, qual o método escolhido para a realização do trabalho?
- Que atividades serão implementadas para se colocar em prática a estratégia escolhida?

É importante detalhar ao máximo as atividades uma vez que delas decorrerão as informações:

- Quais são os recursos necessários para a realização de cada uma dessas atividades?
- Onde poderemos buscar esses recursos?

À medida que se detalha o plano, fica mais fácil identificar as oportunidades de captação de recursos. Os parceiros mais adequados para cada uma das necessidades podem ser escolhidos, ou as pessoas mais adequadas para apresentar o plano para cada um dos potenciais parceiros são selecionadas. Define-se também a época em que se deve iniciar a captação e ainda outros itens que forem julgados relevantes para a estruturação do plano de trabalho.

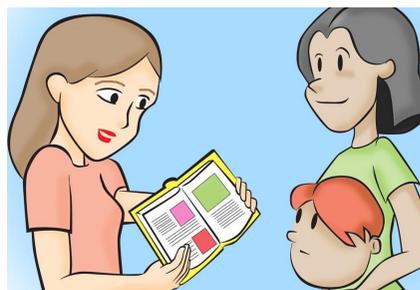
Lembre-se de que muitas pessoas e muitas empresas sentem-se movidas pelo desejo de contribuir, para melhorar a situação da comunidade em que se inserem. Elas sentem, em suma, prazer em doar dinheiro, mas se preocupam, cada vez mais, com o efetivo retorno que esse investimento trará para a comunidade e optam por contemplar organizações comunitárias, ou aquelas que consigam comprovar a utilização desses valores de maneira produtiva e que tragam resultados práticos.

Alguns dias de planejamento estratégico podem, desta forma, constituir um diferencial nesse processo e facilitar em muito a captação dos recursos e a manutenção dos parceiros estratégicos. Trará ainda, para a equipe, uma satisfação maior no trabalho, pois todos saberão de que forma cada uma das atividades desenvolvidas no dia-a-dia está contribuindo para atingir as metas traçadas.

6. EDUCAÇÃO E O TRÂNSITO

O tema Trânsito vem sendo alvo de debates entre profissionais de diversas áreas. A conclusão a que chegaram engenheiros, médicos, educadores, psicólogos, políticos e representantes de diversos outros segmentos é a de que, para se alcançar qualidade e humanização no trânsito brasileiro, se deve reeducar seu principal agente, o ser humano.

Para conscientizar os membros de sua comunidade sobre as questões do trânsito, uma das abordagens é a de desenvolver ações que contemplem a educação de adultos, jovens e crianças. É uma estratégia adequada para se atingir um público-alvo variado: os pais, os responsáveis, as crianças, os moradores e os políticos, entre outros. Excetuando as crianças, todos os componentes desse núcleo de pessoas têm a possibilidade de atuar tanto como pedestres quanto como condutores: eles podem se beneficiar de estratégias que aumentem sua percepção de responsabilidades, inclusive o respeito às regras de trânsito, seja por parte dos condutores de veículos quanto dos transeuntes, considerados uns em relação aos outros.



Mudanças consistentes de mentalidade, atitude e comportamento de pessoas só são conseguidas com educação. É preciso substituir o imediatismo ilusório por medidas de longo alcance, mediante investimentos na educação de crianças e jovens, evitando que recebam, como legado, um mundo inseguro e perigoso.

A escola, um centro de compreensão e reflexão acerca da realidade do indivíduo, é o melhor lugar para execução de um programa de educação de crianças para o trânsito. Na escola, os alunos aprendem a ter consciência dos seus direitos e deveres em relação com o mundo. Orientar as crianças sobre sua condição de pedestres e futuros condutores na escola é a chave para que a ação seja desenvolvida com sucesso.

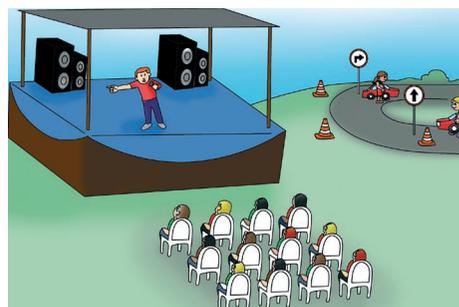
7. COMO REALIZAR UM EVENTO

Para promover a prevenção e a segurança do trânsito em comunidades já organizadas, sugere-se uma mobilização que pode acontecer em qualquer momento do programa, mas sempre a ele vinculada. Na localidade selecionada, programe um evento com atividades relacionadas ao tema trânsito.

7.1 ORGANIZAÇÃO DE EVENTO QUE MOBILIZE A COMUNIDADE

Preparando a comunidade: definir o local certo onde será realizado o evento é o primeiro passo a ser dado. O estabelecimento de parcerias vem a seguir e, finalmente, deve-se estabelecer, por meio de reuniões, o melhor dia, o melhor horário, as melhores atividades e os treinamentos necessários para o evento. Realizado o contato e agendadas as reuniões, faça uma apresentação do programa e, principalmente, mostre seu interesse em melhorar as condições de segurança do trânsito local. Apresente o objetivo do programa com fatos, informações sobre acidentes naquela comunidade, e o trabalho a ser desenvolvido.

Local para o evento mobilizador: pode ser uma praça, um parque, uma escola, uma rua bloqueada, um clube, etc. A escolha de um único local não impede que mais de um evento seja realizado ao mesmo tempo; pode-se ainda marcar eventos em dois ou três locais cujas vias de acesso apresentem maior risco de acidente, em praças estrategicamente localizadas em regiões opostas para abranger as comunidades ali localizadas ou, ainda, uma escola e um parque para atingir públicos diferentes.



Elaborar e desenvolver atividades: elaborar atividades por setor; no local escolhido podem ser realizadas diversas atividades, criando um rodízio de pessoas e garantindo que todas elas passem pelas atividades. Pesquise entre os parceiros as sugestões de escolhas de atividades para o dia do evento. O Conselho poderá definir algumas atividades, como uma exposição de desenhos de autoria das crianças da própria comunidade, “blitze” educativas do órgão de trânsito local, apresentação de vídeos ou, até mesmo, uma peça de teatro.

Sugestões de datas para realizar o seu evento:

- Dia Mundial da Saúde, 07/04
- Dia do Pedestre, 08/08
- Dia Sem Carro, 22/09
- Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25/09

8. DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA

Nesta parte você encontrará diferentes formas de divulgar o seu trabalho. Aqui serão apresentadas as ferramentas necessárias não apenas para desenvolver com sucesso o trabalho de divulgação na mídia, como também para que essa tarefa traga bons resultados ao programa. Lembre-se: o apoio da imprensa ao trabalho do Conselho confere credibilidade e visibilidade em todas as ações.

O que é mídia?

Mídia é o conjunto dos meios de comunicação, seus veículos, recursos e técnicas.

São exemplos de veiculação de mídia: jornais, rádios, emissoras de televisão, salas de cinema, outdoors, páginas impressas, propaganda, mala direta, balões infláveis, anúncios em “sites” da internet, “banners”, panfletos, cartazes e outros mais. Se a comunicação verbal é importante, a escrita é essencial para o sucesso das ações. Dependendo do veículo utilizado, a força da palavra escrita pode prolongar-se por mais tempo e ser vista por maior quantidade de pessoas.

Exemplos de mídias que podem ser preparadas a partir de uma redação:

- cartas
- artigos
- notas
- convites
- avisos
- malas-diretas
- banners
- panfletos
- cartazes

Educação por meio da mídia

O suporte da mídia é uma valiosa ferramenta auxiliar na campanha educacional, pois contribui para a conscientização da comunidade em geral em relação a questões de segurança do trânsito. O pessoal da mídia está interessado em assuntos que mereçam tornar-se notícia. Tais assuntos devem ser interessantes e importantes para as pessoas da comunidade e também para toda a cidade. De preferência, devem possuir um elemento chamativo, um tipo de “isca” para chamar a atenção. Os elementos do seu plano de ação podem ser naturalmente adequados à veiculação como notícias. Em outros casos, pode ser preciso criar notícias que chamem a atenção.

Vejam algumas formas:

Analisando dados, você descobre que certos cruzamentos são os campeões de acidentes. As possíveis causas podem ser:

- 1) falta de sinalização adequada;
- 2) existência de erros de engenharia de tráfego;
- 3) possibilidade de ocorrências em determinadas horas ou por determinadas razões;
- 4) falta de presença ostensiva de fiscais de trânsito ou ausência total de fiscalização;
- 5) falhas estruturais nas vias envolvidas.



Com base nestes dados, os membros do CMT realizam estudos dos problemas de tráfego levantados, visando resolvê-los, com divulgação ampla dos locais afetados e soluções propostas.

Não precisa ser algo científico: a intenção é mostrar quadros instantâneos dos problemas e das soluções estudadas. As áreas e os problemas monitorados dependem de sua importância para a segurança no trânsito, conforme identificados nas análises.

Promova um levantamento entre as crianças da comunidade e descubra que regras de segurança de tráfego elas conhecem. Isso pode ser feito nas escolas, centros de recreação e outros lugares onde as crianças costumam se reunir. É bastante provável que as crianças não conheçam todas as regras que deveriam conhecer. Se assim for, você pode chamar a atenção da mídia com uma notícia que focalize a questão: **nossas crianças não estão cientes das regras de segurança no trânsito!** Em comunidades menores, a mídia freqüentemente publica as histórias de grupos que se reúnem para discutir assuntos específicos, como segurança no bairro, construção de áreas de lazer, etc. Você pode atrair o interesse da mídia local a comparecer às reuniões do CMT para divulgar as atividades e mostrar sua importância a todos os leitores e ouvintes. Essa iniciativa pode tornar mais fácil a tarefa de atrair, em cada comunidade, pessoas que abracem a mesma causa, incentivando-as a se unir ao grupo e auxiliar no desenvolvimento de estratégias para prevenção de acidentes.

MODIFICAÇÕES OU MELHORIAS DO MEIO AMBIENTE

Por que adequar, modificar ou melhorar o meio ambiente?

Sinalização, construção de vias, travessias, passarelas, desvios, junções, etc, são de responsabilidade do governo, mas nem sempre os projetos levam em conta, por exemplo, todas as características ambientais, o que pode levar a soluções incorretas. Cruzamentos mal sinalizados, ausência de faixas de pedestres, falta de condições de visibilidade e falhas na sinalização são problemas graves que podem ser resolvidos com a ajuda do Conselho. Para participar destes trabalhos, convide engenheiros de tráfego e/ou especialistas de trânsito, pois envolver pessoas com experiência é fundamental para se formular com eficiência propostas de melhorias ambientais. Cada comunidade exhibe características peculiares e os ambientes locais variam muito. É justamente essa singularidade que atua como elemento complicador para se estabelecer uma mesma solução para todos. Uma gama de medidas e dispositivos pode ser utilizada, permitindo diferentes resultados, alguns dos quais podem ser os melhores se acertadamente escolhidos para determinadas situações. Uma medida adotada sem avaliação detalhada não proporcionará os efeitos esperados e poderá inclusive gerar novas situações de risco. Muitas vezes, medidas simples e de baixo custo solucionam problemas com melhores resultados do que medidas complexas e de alto custo. Uma combinação de conhecimentos a respeito dos locais, experiência técnica e julgamento cuidadoso para se optar por medidas apropriadas, é condição indispensável para o sucesso.

AVALIAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES

É importante que se faça avaliações no desenrolar de todo o processo. As avaliações devem ser objetivas e funcionar como uma espécie de diagnóstico completo. Sua finalidade é principalmente preventiva, pois quando verificados antecipadamente, problemas ou falhas nas estratégias podem ser mais facilmente resolvidos ou controlados, antes que produzam resultados negativos. Com as avaliações, pode-se monitorar e registrar todas as ações do CMT. Existe uma diversidade de nomenclaturas para as diferentes fases e formas de avaliação. Para este Guia, trataremos de duas abordagens: a avaliação de processos e a avaliação de resultados.

Avaliação de Processos

Após a fase de planejamento, inicia-se a fase da implementação das ações na busca dos objetivos estabelecidos. A execução de um Programa, por melhor que tenha sido planejado, é freqüentemente turbulenta devido a uma série de adaptações de última hora causadas por mudanças nos dados ou nos objetivos. Essa turbulência exige que criemos mecanismos de compreensão dos fatos e fenômenos sociais que venham a ocorrer e que determinam alterações ao plano inicial, sem perder de vista os objetivos e os princípios valorizados no começo. Nesta fase do Programa, denominada Avaliação de Processos, está compreendida, além do monitoramento contínuo das atividades, a reflexão freqüente sobre as dinâmicas interna e externa da equipe responsável, isto é, as relações entre os membros da equipe e sua interação com o público-alvo.

Avaliação de Resultados

Nas fases intermediárias ou chegando-se perto do final de um Programa, procede-se a avaliações de resultados, analisando-se os benefícios proporcionados aos participantes (público-alvo, parceiros, equipe responsável, etc.) durante ou após a implementação. A avaliação de resultados requer indicadores definidos, os critérios norteadores do sucesso do Programa. É fundamental que todos os que participam, direta ou indiretamente, sejam ouvidos e que a metodologia utilize parâmetros quantitativos e qualitativos de resultados.

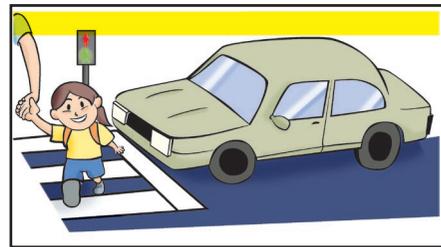


Alguns passos são importantes para se realizar a avaliação de programas. Cada passo é específico, de acordo com o foco definido para a avaliação. Definir o foco para avaliação significa pensar e decidir sobre um conjunto de fatores que compõem o processo e em fazer escolhas com base na análise profunda das necessidades. Esta análise definirá o tipo de avaliação a ser feita, a quem será útil, seus objetivos, os responsáveis por sua execução e respectivas atribuições. No quadro a seguir, apresentamos um menu de opções com suas características, bem como um roteiro de perguntas que ajudam a escolher o tipo de avaliação a ser feita.

Dicas Práticas

Para que o trabalho seja proveitoso, sugerimos que:

- os envolvidos na avaliação conheçam e compreendam profundamente a evolução, os propósitos e as expectativas a curto, médio e longo prazo;
- cada parceiro interessado em participar da avaliação envolva-se e conquiste a confiança do público, tentando resolver eventuais problemas de percurso;
- todos os envolvidos na avaliação sejam informados constantemente dos procedimentos;
- haja constante interação entre quem está fazendo a avaliação e a coordenação do Programa;
- todos estejam abertos às mudanças e à aprendizagem, decorrentes da avaliação;
- sejam definidos claramente os objetivos, passos e prazos da avaliação, bem como os papéis a desempenhar.
- se tenha sempre em mente que os maiores interessados na avaliação são os parceiros.



Portanto, é importante que todos participem das decisões a serem tomadas, no momento da definição de correções necessárias nos itens do planejamento.

Erros Comuns

- falta de transparência e clareza nos critérios usados para a escolha dos colaboradores da avaliação, provocando mal-entendidos e desconfiança;
- não-socialização dos objetivos da avaliação entre todos os colaboradores, gerando frustração e desmotivação;
- ausência de entendimento comum dos conceitos teóricos, o que leva o grupo a perder tempo em discussões sobre o significado desse ou daquele termo;
- utilização da avaliação como fonte de poder dentro do Programa. Um coordenador mal intencionado, pode ter indicado pessoas de sua estreita confiança para manipular as informações de acordo com os seus interesses;
- descomprometimento das pessoas que se propõem a compor a equipe, por não avaliar sua real disponibilidade de tempo para participar do trabalho; acabam tumultuando o processo ao longo de seu desenvolvimento;
- falta de alternativas criativas para superar eventual escassez de recursos.

CONCLUSÃO

Mesmo antes da Municipalização do Trânsito, a comunidade pode e deve criar o seu Conselho Municipal de Trânsito. Este Conselho é o foro adequado para o cidadão sugerir, questionar e atuar de forma integrada e efetiva na busca de um trânsito seguro, funcional e justo para todos, como exige a verdadeira cidadania.

A grande missão do CMT é promover a segurança de trânsito na cidade e município, elaborando, implementando e reajustando constantemente um conjunto de ações harmônicas, efetivas e, sobretudo, adequadas à realidade e às necessidades da sua comunidade.

